

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTADO DO CONHECIMENTO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Juraci Pereira dos Santos¹
Idemar Vizolli²
Kelly Almeida de Oliveira³

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva emergiu do anseio dos movimentos organizados que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência, o que inclui a educação em ambientes institucionais em todos os níveis de ensino.

Tratando-se da presença dos estudantes com deficiência no ensino superior, os dados do Censo do Ensino Superior de 2019, apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), assinalam que as matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, entre os anos 2010 e 2019, em instituições públicas e privadas, passaram de 19.869 para 48.520, o que representa um aumento de mais de 140% nas matrículas em dez anos (INEP, 2020).

Educação inclusiva é uma política pública educacional que preconiza o direito às pessoas com deficiência estudarem na escola comum. De acordo com Sousa (2019, p. 123), “educação inclusiva é um novo modo de ser, ver e fazer uma escola diferente, na qual todos os envolvidos se beneficiam com mudanças estruturais e pedagógicas”.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), estudante com deficiência é o “[...] que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial”. Já estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são os que apresentam alteração nas interações sociais e na comunicação – neste grupo incluem-se os com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Finalmente, estudantes com altas habilidades/superdotação, para a PNEEPEI, são aqueles que apresentam “[...] potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes” (BRASIL, 2010, p. 21).

Ainda que os dados indiquem um aumento no número de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior, para Guimarães, Borges e Van Petten (2021), as instituições de

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Tocantins - TO. E-mail: juraci.santos@mail.uft.edu.br;

² Doutor em Educação. Prof. Dr. da Universidade Federal do Tocantins - TO. E-mail: idemar@uft.edu.br;

³ Doutora em Educação. Profª Drª da Universidade Federal do Maranhão - MA. E-mail: ka.oliveira@ufma.br.

ensino devem fazer adequações para recebe-los. Além do acesso às instituições de ensino, carecem, sobretudo, de uma política efetiva de permanência, de modo que se possa contribuir para o desenvolvimento desses sujeitos no ambiente acadêmico.

O propósito deste artigo é abordar a maneira pela qual a educação inclusiva no ensino superior tem sido tratada em pesquisas *stricto sensu*. Nesse contexto, o estudo tem como principal objetivo analisar como as pesquisas *stricto sensu* relacionadas à Educação Inclusiva no Ensino Superior, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), têm abordado esse tema.

METODOLOGIA

O presente estudo corresponde a uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva que investigou trabalhos acadêmicos relacionados à Educação Inclusiva no Ensino Superior. Para esta análise, foram utilizados dados do CAPES, abrangendo o período de 2012 a 2021. Quanto aos métodos empregados, a pesquisa se enquadra na categoria de Estado do Conhecimento, com ênfase na revisão bibliográfica.

De acordo com Minayo (2013, p. 21), uma pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares. Ela se ocupa das Ciências Sociais, com um nível da realidade que não pode ser ou não deveria ser quantificado”. Deste modo, a motivação para a escolha desta abordagem se constitui em razão de abordar um universo de sentidos, aspirações e significados (Minayo, 2013).

O estudo caracteriza-se como Estado do Conhecimento por sistematizar e analisar produções acadêmicas que tematizam educação inclusiva no ensino superior. No entendimento das autoras Morosini, Kohls-Santos e Bittencuort (2021, p. 23) trata-se da “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações, livros sobre uma determinada temática específica”.

A busca foi realizada com a utilização dos descritores “Políticas Públicas” AND “Educação Inclusiva” AND “Ensino Superior”; como resultado encontrou-se 147 estudos. O primeiro refinamento ocorreu a partir da leitura dos títulos e das palavras-chave, chegando a 42 teses e dissertações. Sentiu-se a necessidade de um segundo refinamento, realizado a partir da leitura dos resumos, sendo que foram selecionadas 10 produções por apresentarem as características adequadas para compor o estudo, sendo 01 tese e 09 dissertações. Os estudos foram produzidos no Brasil, em português.

Para auxiliar nas análises, utilizou-se o programa IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que facilitou o processamento dos dados a partir dos resumos, e a metodologia da Análise de Conteúdo de Bardin (2021).

O IRaMuTeQ é um software gratuito de fonte aberta, idealizado por Pierre Ratinaud, que realiza seis tipos de análise com o corpus textual. São elas: Estatísticas textuais clássicas; Pesquisa de especificidades; Classificação Hierárquica Descendente (CHD); Análise Fatorial de Correspondência (AFC) com base na CHD; Análise de Similitude; e Nuvem de palavras (Camargo; Justo, 2018; Carneiro, Lopes e Dias, 2022).

Neste contexto, na condução deste estudo, optou-se pela utilização de duas abordagens analíticas específicas: a CHD e a Análise de Similitude. A CHD relaciona os Segmentos de Texto (ST) em função de seus vocabulários e apresenta a frequência das palavras no corpus; já a Análise de Similitude é ancorada na teoria dos grafos e proporciona a identificação das coocorrências entre as palavras. (Camargo; Justo, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise da CHD gerada pelo software foram apresentados os seguintes dados: os 10 resumos que constituem o corpus textual foram subdivididos em 109 ST, com uma média de 34 palavras em cada ST. No total, foram identificadas 3.750 palavras com formas distintas, das quais 714 foram consideradas ativas e 149 suplementares. Dentre as formas ativas, 170 apareceram com uma frequência igual ou superior a três vezes. Para a análise, foram utilizados 88 dos 109 ST, o que representa um índice de 80,73%, superando o limite mínimo de 75% dos ST exigido para que a análise seja considerada aceitável (Camargo; Justo, 2018).

Ao analisar os dados apresentados pela CHD em cada uma das classes, é possível identificar as palavras mais significativas de cada uma delas. Torna-se evidente que essas palavras estão intrinsecamente relacionadas com o tema central da pesquisa, que é a “Educação Inclusiva”. Como resultado, cada classe foi nomeada com base nas informações geradas pelo software.

A Classe 1, denominada de “Percepção de Estudantes com deficiência”, demonstra os ST referentes às teses e dissertações que compuseram o corpus textual e compreendem pesquisas relacionadas à concepção dos estudantes com deficiência em relação às políticas inclusivas no ensino superior, em conformidade com o ST retirado dos resumos: “as quais reservam em seu teor disposições voltadas a educação superior o objetivo do presente estudo é

investigar a percepção dos estudantes com deficiência sobre as políticas públicas de inclusão no âmbito da universidade federal do ceará ufc” (linha de comando **** *n_05).

Deste modo, cabe destacar a pesquisa de Reis (2017, p. 7) realizada na Universidade Federal do Ceará, que revelou que a Universidade não atende integralmente a legislação em relação à acessibilidade arquitetônica, sendo que “78% dos estudantes sinalizaram que ‘nunca’, ‘raramente’ e ‘algumas vezes’ sentem-se em igualdade de oportunidade, o que consideramos ter forte relação com as barreiras humanas, que foram apontadas pelos estudantes como a barreira mais acentuada”.

Ao serem analisadas as palavras significativas e os ST que compõem a Classe 2, esta foi denominada de “Políticas Educacionais Inclusivas”, que engloba as pesquisas de políticas públicas educacionais inclusivas que são implementadas nas universidades. Destaque para o ST do resumo: “esta dissertação é um estudo sobre as políticas de educação inclusiva na educação superior no brasil sua incorporação pelas instituições de educação superior da região sul de santa catarina” (linha de comando **** *n_03).

Guimarães (2020, p. 9) ressalta a relevância da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) no contexto do processo de inclusão de estudantes com deficiência, para ele “[...] considerar o modelo social, ou seja, a necessidade de se eliminar barreiras para que cada vez mais pessoas com deficiência possam vivenciar experiências positivas de inclusão de forma a acessar níveis mais altos de escolarização”.

De acordo com a análise da CHD realizada pelo IRaMuTeQ, a Classe 3 foi nomeada de “Perspectiva do professor” e agrupa pesquisas sobre as concepções dos professores em relação à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. Deste modo, é relevante destacar um ST dos resumos analisados: “em relação a perspectiva do professor sobre a inclusão do estuante na ufc um número significativo de professores apresentam respostas favoráveis quanto a inclusão de estudantes com deficiência” (linha de comando **** *n_06).

Neste sentido, Oliveira, em sua dissertação de mestrado, abordou a perspectiva dos professores em relação ao processo de inclusão de estudantes com deficiência. Os resultados indicaram que os professores são favoráveis à inclusão; o estudo evidenciou ainda que os professores “consideram não estar preparados para atuar com estudantes com deficiência e evidenciam a necessidade de formação continuada para subsidiá-los no desenvolvimento do seu fazer pedagógico para atender esse público” (Oliveira, 2020, p. 9).

Em relação à Classe 4, nomeada como “Ações de acesso e permanência”, uma vez que reúne as pesquisas que tratam ações desenvolvidas no âmbito das instituições de ensino superior no sentido de promover a inclusão de estudantes com deficiência.

De acordo com Silveira (2021), o corte dos recursos públicos traz consequências para o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior e destaca a redução na contratação de bolsistas, de material pedagógico e na contratação de profissionais para atuar nos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão, precarizando os serviços oferecidos pelas instituições de ensino superior.

A Classe 5 recebeu a denominação de “Desafios para Inclusão na Universidade” devido ao seu enfoque nas pesquisas que realçam as dificuldades associadas à promoção da inclusão de estudantes com necessidades especiais nas instituições de ensino superior. O título do resumo sustenta a escolha desta nomenclatura para a classe, uma vez que reflete o teor das pesquisas nela contidas.

a inclusão do estudante com deficiência na educação superior é considerada ainda um grande desafio no âmbito social político bem como para as instituições da educação superior considerando que durante muito tempo os esforços quanto ao tema eram direcionados à educação básica ficando a educação superior em plano secundário (linha de comando **** *n_05).

Nesse contexto, segundo Resende (2019, p. 9), os resultados denotam que “existem barreiras que sinalizam para a necessidade de se aprofundar o debate sobre inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior”. Para a autora, os Planos de Desenvolvimento Institucionais das instituições examinados possibilitam formular políticas públicas educacionais aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, que são o público da educação especial no ensino superior.

No que concerne à Classe 6, que diz respeito aos métodos empregados nas pesquisas em análise, foi intitulada como “Abordagens das Pesquisas” devido à natureza do conjunto de textos analisados, que em sua maioria consiste de teses e dissertações. Essa categorização foi identificada pelo programa devido à predominância desses trabalhos acadêmicos no corpus textual em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que as pesquisas que tematizam educação inclusiva no ensino superior abordam as perspectivas de estudantes, professores e coordenadores dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão em relação às políticas públicas inclusivas das instituições. Demonstram, ainda, que as ações desenvolvidas pelos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão contribuem para o processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior.

Os achados apontam para a responsabilidade do poder público no que concerne ao financiamento das universidades, pois os constantes cortes no orçamento das instituições resultam em sérias consequências para o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, comprometendo a capacidade de contratação de pessoal e materiais acessíveis para o funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão. Os estudos sinalizam ainda a necessidade de formação, sensibilização e envolvimento dos professores do ensino superior em relação à inclusão dos estudantes com deficiência nas instituições.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino Superior; Teses e Dissertações.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC: SEESP, 2010. 72 p. Disponível em: portal.mec.gov.br/busca-geral/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/1. Acesso em: 20 dez. 2021.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 fev. 2023.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software IRaMuTeQ**. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS), Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

CARNEIRO, Raylson dos Santos.; LOPES, Thiago Beirigo; DIAS, Chiara Maria Seidel Luciano. Ensino de Matemática na Revista Prática Docente: uma análise de similitude com o uso do IRAMUTEQ. **Revista Prática Docente**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e35, 2022. DOI: 10.23926/RPD.2022.v7.n1.e35.id1586. Disponível em: <http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br:443/periodicos/index.php/rpd/article/view/1586>. Acesso em: 11 jul. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2019**. Brasília, DF: Ministério da Educação – MEC, out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GUIMARÃES, Maria Cecília Alvim. **Trajatórias escolares de pessoas com deficiência e as políticas de educação inclusiva 2008-2018**: da educação básica ao ingresso por cotas na UFMG. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

GUIMARÃES, Maria Cecília Alvim; BORGES, Adriana Araújo Pereira; VAN PETTEN, Adriana M. Valladão Novais. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial** [on-line], v. 27, e0059, 2021. ISSN 1980-5470. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0059>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. Estado do Conhecimento: teoria e prática. 1. ed. Curitiba: CVR, 2021. v. 1. 172p.

SOUSA, Ivan Vale de. Educação especial no Brasil: percursos e avanços. *In*: SOUSA, Ivan Vale de (org.). **Educação inclusiva no Brasil: história, gestão e políticas**. Jundiaí, São Paulo: Pacto, 2019. p. 9-20.

REIS, Maria Simone Oliveira dos. **Percepção dos estudantes com deficiência sobre as políticas de inclusão na Universidade Federal do Ceará (UFC)**. 2017. 156f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pós Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2017.

RESENDE, Camila de Oliveira. **Ações políticas educacionais inclusivas para os estudantes com deficiência no ensino superior presentes nos Planos de Desenvolvimento Institucional do sudoeste goiano**. 2019. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2019.

SILVEIRA, Ana Carolina Michelin. **Acesso e permanência na educação superior: uma análise das medidas de acessibilidade e inclusão em tempos de corte dos recursos públicos no período de 2016 a 2020**. 2021. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. 2021.

OLIVEIRA, Maria Auxileide da Silva. **Inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Federal do Acre: panorama e perspectivas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.